

Número 36

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



Comunicado da Presidência

PNAD 2008:

Primeiras Análises

- Juventude
- Desigualdade racial

3 de dezembro de 2009

Apresentação

O *Comunicado da Presidência nº 36* segue uma série de análises do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) sobre a PNAD 2008 e aborda os temas de Juventude e Raça¹. Elaborado por um grupo de técnicos de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Instituto a partir dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o presente Comunicado encontra-se constituído por duas partes, a saber:

- Seção 1: analisa a situação dos jovens brasileiros.
- Seção 2: analisa os fatores que explicam a desigualdade racial brasileira.

1. Juventude

Embora recente, a juventude emerge como questão social relevante na sociedade brasileira, seja pelos problemas que vivencia, seja pelas potencialidades de realizações futuras, seja ainda pelo que há de genuinamente rico nesse momento do ciclo da vida. A diversidade de orientações no tratamento da temática tem favorecido uma dinâmica de constante renovação no debate público, com repercussões não desprezíveis nas políticas sociais dirigidas aos jovens. Estas principiam a respeitar o jovem como *sujeito de direitos*, portadores de necessidades legítimas, e atentar para as especificidades desta fase da vida e dos diferentes grupos que a experimentam.

De fato, assim como é fundamental reconhecer o jovem como sujeito de direitos, é importante considerar também que, a despeito da singularidade e identidade geracional, as questões que afetam a juventude são vividas de forma diversificada e desigual entre os jovens, variando de acordo com a origem social, os níveis de renda, o sexo, a raça, as disparidades socioeconômicas entre campo e cidade, entre as regiões do país, os padrões de discriminação e preconceito vigentes, que repercutem sobre as oportunidades efetivamente disponíveis a cada um.

A análise dos indicadores sociais evidencia essas diversidades e desigualdades entre os jovens brasileiros. Nesta edição do comunicado *PNAD 2008: Primeiras Análises – Juventude*, apresentaremos os dados de maior destaque referentes aos campos da educação e do trabalho, chamando a atenção principalmente para as desigualdades de renda e de gênero.

Considera-se como jovem a parcela da população situada na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade. Estes foram divididos em três grupos: jovens de 15 a 17 anos

¹ Participaram da elaboração deste Comunicado da Presidência os(as) pesquisadores(as) Joana Mostafa e Carla Coelho de Andrade (Juventude) e Rafael Guerreiro Ozório e Pedro H. G. Ferreira de Souza (Desigualdade racial).

(*jovem adolescente*); os de 18 a 24 anos (*jovem-jovem*); e os de 25 a 29 anos (*jovem adulto*)².

Situação Educacional

De acordo com a PNAD 2008, os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 49,7 milhões de pessoas, o que correspondia a 26,2% da população total. A situação educacional desses jovens caracteriza-se como um misto de avanços, problemas e desafios. O principal avanço é o fato de os jovens atualmente estarem conseguindo passar mais tempo na escola e terem maior escolaridade que os adultos. Considerando a evolução dos dados em um período de dez anos, observa-se que a escolaridade dos jovens elevou-se consideravelmente: em 1998, a média de anos de estudo do jovem entre 15 e 24 anos era de 6,8 anos; no grupo de 18 a 24 anos, em 2008, essa média subiu para 8,7 anos. Entre os *jovens adultos* (25 a 29 anos), a média chega a 9,2 anos de estudo, o que significa 3,2 anos de estudo a mais que a população com mais de 40 anos.

Contudo, o processo de escolarização da maioria dos jovens brasileiros ainda é marcado por oportunidades limitadas. Os indicadores demonstram que no país prevalecem expressivas desigualdades educacionais entre ricos e pobres, brancos e não brancos, áreas urbanas e rurais e diferentes regiões. Além disso, predominam trajetórias escolares interrompidas pela desistência e pelo abandono que, algumas vezes, são seguidas por retomadas. As saídas e os retornos caracterizam um percurso educacional bastante irregular.

Assim, a defasagem escolar acaba se transformando na realidade de muitos. A frequência ao ensino médio na idade adequada abrange apenas a metade dos jovens brasileiros de 15 a 17 anos (50,4%) e cerca de 44% ainda não concluíram o ensino fundamental. Portanto, a defasagem escolar continuava alta entre os jovens dessa faixa etária, pois já deveriam ter finalizado a educação fundamental. Assinala-se que nas regiões Nordeste e Norte as taxas de frequência líquida (36,4% e 39,6%, respectivamente) permaneceram bem mais reduzidas que no Sudeste e Sul (61,8% e 56,5%, respectivamente).

O acesso ao ensino superior é ainda mais restrito, com apenas 13,6% dos jovens de 18 a 24 anos frequentando esse nível de ensino, que corresponde ao nível adequado a essa faixa etária.

De outra parte, a proporção de jovens fora da escola é crescente conforme a faixa etária: 15,9% na faixa de 15 a 17 anos; 64,4% na de 18 a 24 anos; e 87,7% na faixa de 25 a 29 anos, sendo que muitos desses jovens desistiram de estudar sem ter completado sequer o ensino fundamental. Tal situação é ainda mais grave no caso da expressiva proporção de jovens de 18 a 29 anos nessa condição, pois o incentivo para o retorno à escola para completar o ensino obrigatório tende a ser menor do que entre

² Não há consenso em torno dos limites de idade que definem a juventude. Ainda que para fins de definição de política pública, legislação e pesquisa seja possível fixar um recorte etário para determinar quem são os jovens, deve-se ter em conta que “juventude” é uma categoria em permanente construção social e histórica, isto é, varia no tempo, de uma cultura para a outra, e até mesmo no interior de uma mesma sociedade. O Ipea vem trabalhando com o mesmo recorte etário e categorizações adotados na proposta do Estatuto da Juventude, em discussão na Câmara dos Deputados, e também incorporado pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude.

os que ainda estão na faixa de 15 a 17 anos. Por outro lado, é significativo o fato de que, vencida a barreira do ensino fundamental, uma boa parcela dos que têm mais de 18 anos conseguiu completar o ensino médio (cerca de 30%) sem, contudo, buscar a continuidade de estudos no ensino superior.

O maior nível de escolaridade também se reflete na menor taxa de analfabetismo entre os jovens *vis-à-vis* adultos e idosos. O avanço representado pela redução substancial do analfabetismo na faixa etária entre 15 a 17 anos (de 8,2%, em 1992, para 1,7%, em 2008) e na faixa de 18 a 24 anos (8,8% para 2,4%) mostra o aumento da capacidade do sistema educacional em incorporar e alfabetizar crianças e jovens. Pode-se também constatar pela tabela 1 que a incidência do analfabetismo é tanto maior quanto mais elevada é a faixa etária dos jovens brasileiros. Os *jovens adolescentes* (15 a 17 anos), portanto, apresentam menor incidência de analfabetos, o que não deixa de ser uma conquista dessa nova geração, tanto em relação aos outros dois subgrupos de jovens, quanto, principalmente, em relação aos seus pais.

Tabela 1 - Situação educacional dos jovens em 2008 (%)

	Faixa Etária		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Analfabetos	1.7	2.4	4.2
Frequentam o ensino fundamental ¹	32.5	3.7	1.6
Frequentam o ensino médio ²	50.8	12.7	2.7
Frequentam o ensino superior ³	0.6	13.9	7.8
Frequentam a alfabetização de jovens e adultos	0.1	0.2	0.2
Estão fora da escola	15.9	69.5	87.7
– Ensino fundamental incompleto	9.5	16.6	22.7
– Ensino fundamental completo	2.5	8.1	9.0
– Ensino médio incompleto	1.4	7.0	5.8
– Ensino médio completo	1.2	32.1	33.9
– Ensino superior incompleto	-	1.0	2.0
– Ensino superior completo ³	-	2.3	10.2
População jovem (valor absoluto)	10,286,624	23,242,095	16,239,405

Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: Disoc/Ipea

¹ Ensino Regular ou EJA.

² Ensino Regular, EJA ou Pré-Vestibular.

³ Inclusive mestrado ou doutorado

Nota-se que, apesar de ter havido acentuada redução do analfabetismo no segmento de jovens nos últimos dez anos, esse avanço não foi acompanhado de redução das disparidades regionais (tabela 2), o que reforça a necessidade de intensificar e ampliar ações que priorizem as regiões Norte e, em particular, a Nordeste.

Tabela 2 - Taxa de Analfabetismo dos Jovens de 15 a 29 anos Segundo as Regiões - 2008 (%)

Brasil	2.82
Norte	3.09
Nordeste	5.99
Sudeste	1.27
Sul	1.13
Centro-Oeste	1.58

Fonte: Pnad/IBGE
Elaboração: Disoc/Ipea

Relacionando a escolaridade com o sexo, constata-se que, em 2008, as mulheres continuaram puxando para cima as taxas de escolarização dos jovens. Elas têm maior escolaridade e adequação nos estudos do que os homens. As maiores distâncias aparecem nos ensinos médio e superior: enquanto a taxa de frequência líquida no ensino médio é de 56,8% para as mulheres, esta porcentagem decresce para 44,4% no caso dos homens; no ensino superior, a taxa de frequência líquida é de 15,6% para as mulheres e de 11,7% para os homens. Verifica-se que essas distâncias persistiram ao longo da década, embora tenha ocorrido uma melhora no índice de escolaridade para ambos os sexos.

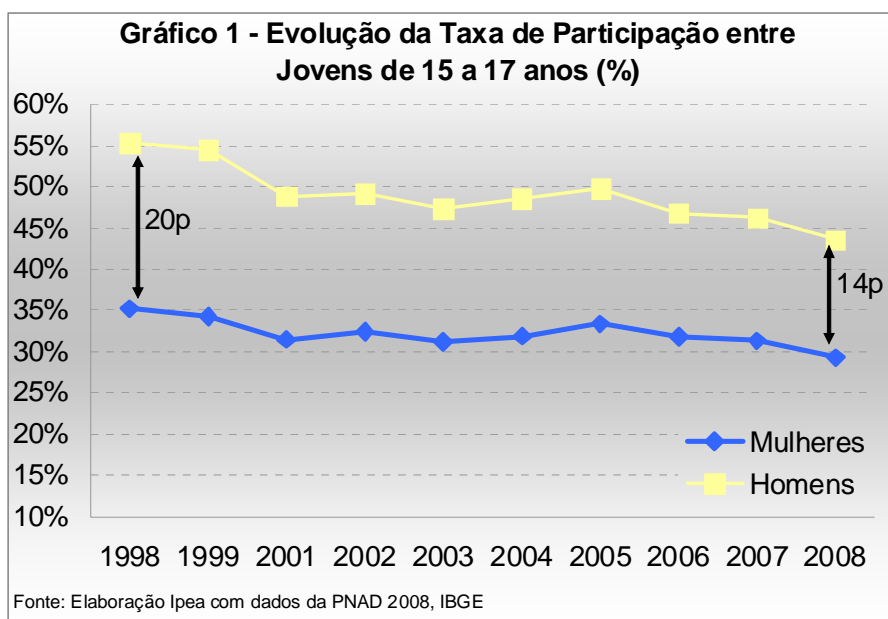
Outra dimensão de análise da situação educacional da juventude refere-se às diferenças por cor/raça. Se, por um lado, as diferenças ainda aparecem de forma significativa, por outro, elas vêm caindo ao longo do tempo. Os dados da PNAD 2008 revelam que o analfabetismo entre jovens negros é duas vezes maior que entre brancos. Contudo, a distância entre ambos os grupos encurtou em um período de dez anos: em 1998, o analfabetismo entre os jovens negros era quase três vezes maior que entre os brancos. Em relação à frequência líquida ao ensino médio, ela é 44,5% maior entre os brancos. Mas, em 2008, temos aproximadamente três vezes mais negros frequentando o ensino médio que em 1998. No que diz respeito ao ensino superior, a frequência líquida é cerca de três vezes maior entre os brancos. Também neste caso a diferença tem diminuído: em 1998, a frequência líquida ao ensino superior era cerca de cinco vezes maior entre os brancos. Vale dizer que houve ainda uma significativa melhora no nível de adequação educacional entre os jovens negros: enquanto, nos últimos anos, se observou entre os brancos certa estagnação, entre os negros a melhoria na frequência líquida ao ensino médio é bastante significativa: em dez anos quase duplicou.

Quanto às diferenças entre o meio urbano e o meio rural, as mesmas se mantêm grandes. Em 2008, o nível de escolaridade dos jovens das zonas rurais era 30% inferior ao dos jovens das zonas urbanas. Além disso, 7,7% dos jovens rurais continuavam analfabetos, contra 1,9% dos jovens do meio urbano. Nota-se que a média de anos de estudo dos jovens rurais teve uma ligeira alta em relação a 2007, alcançando os 6,7 anos de estudo, mas ainda permaneceu abaixo da média nacional (8,8 anos).

Situação do Mercado de Trabalho

O jovem adolescente brasileiro (15 a 17 anos) tem diminuído sua participação no mercado de trabalho de maneira consistente. Nos últimos 10 anos, a taxa de participação no mercado de trabalho³ caiu de 45%, em 1998, para 37%, em 2008. Em 2007 a taxa havia alcançado 39%.

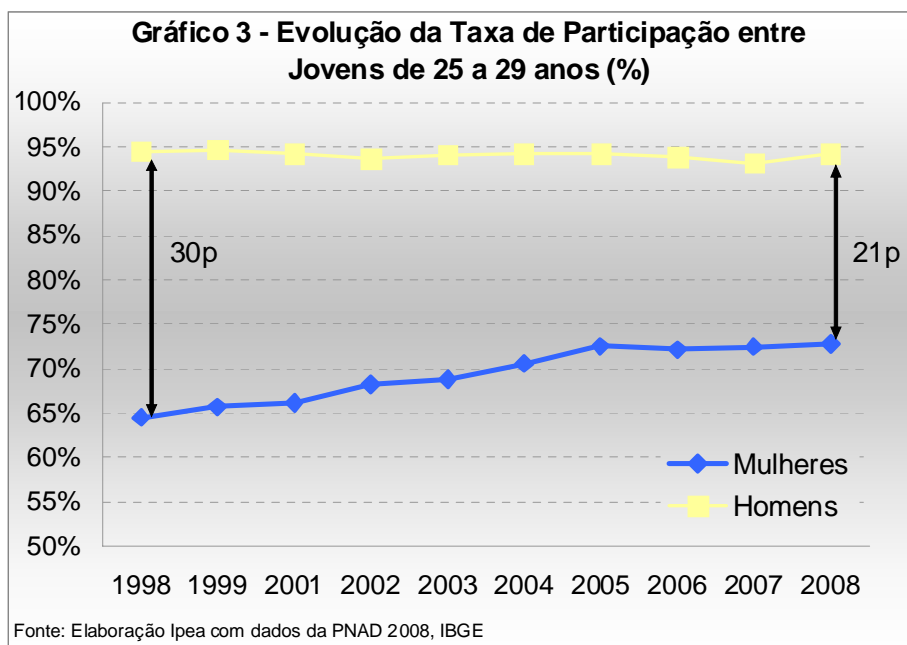
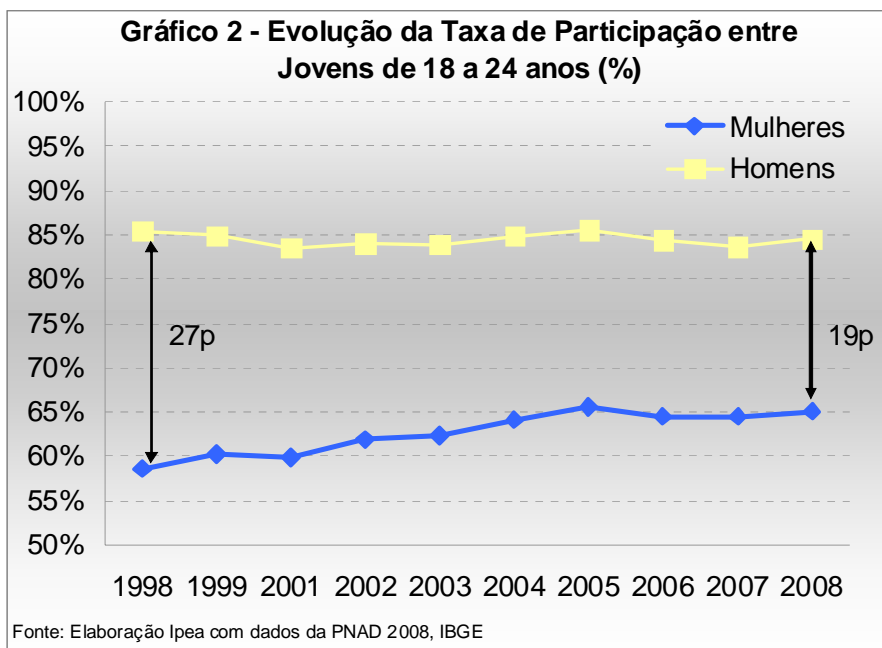
A queda na taxa de participação dos jovens entre 15 e 17 anos ocorreu para ambos os sexos. A boa notícia é que esta queda foi mais aguda entre os homens, reduzindo a desigualdade de gênero nessa fase da vida, pois os homens, geralmente, mais do que as mulheres, sofrem grande pressão para entrarem precocemente no mundo do trabalho.



A redução da participação no mercado de trabalho dos jovens entre 15 e 17 anos, a princípio, pode ser visto como um fato positivo. Um grande número de pesquisadores e gestores argumenta justamente que nesta fase da vida é fundamental postergar a entrada no mercado de trabalho para viabilizar, sobretudo, a permanência na escola e a conclusão do ensino médio com qualidade. Este período corresponde ao que vem sendo chamado de moratória social: um crédito de tempo que permite ao jovem protelar as exigências sociais típicas da vida adulta, especialmente relativas ao casamento e ao trabalho, e lhe possibilita um maior contato com experiências e experimentações que podem favorecer o seu pleno desenvolvimento, não apenas em termos de formação educacional e aquisição de treinamento e capacitação, mas também em termos de outras vivências típicas que fazem parte da sociabilidade juvenil. Como veremos mais adiante, esta moratória vem sendo ampliada para as mulheres jovens e os homens jovens e para os jovens das classes sociais de menor renda.

³ Também chamada de taxa de atividade é obtida pela razão da população economicamente ativa e a população em idade ativa.

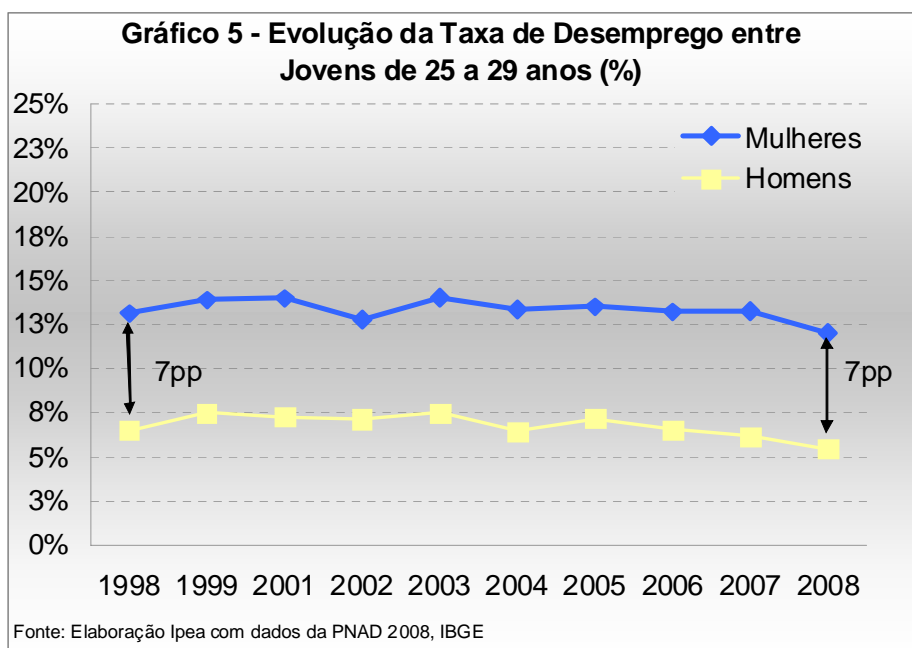
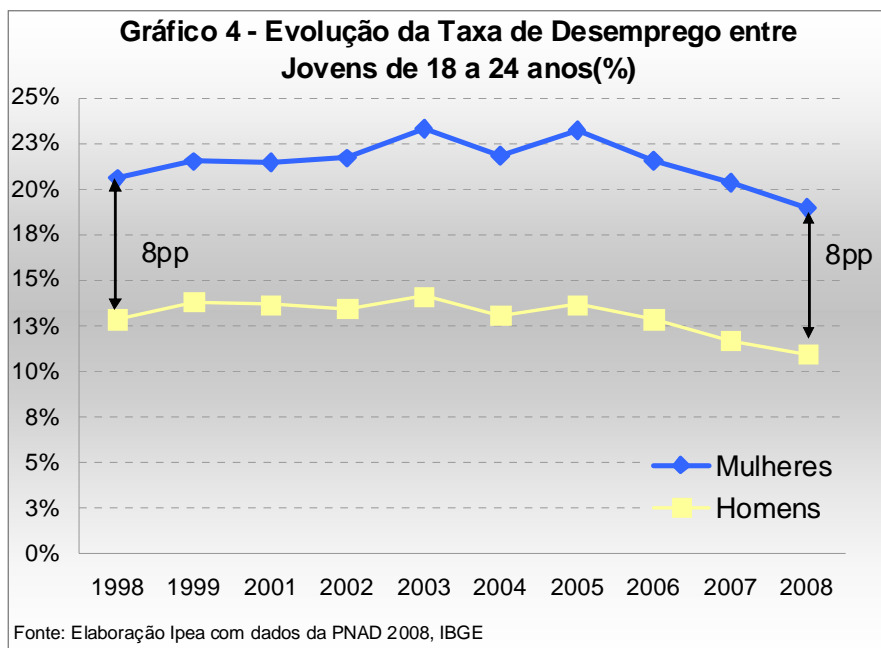
Nas faixas etárias de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, a PNAD 2008 revela a manutenção do diferencial de participação no mercado de trabalho entre os sexos. Se por um lado isso demonstra a solidez dos resultados alcançados até 2005, seria preciso investigar o porquê desse processo não ter avançado com maior intensidade desde então. Assim, em 2008, as jovens de 18 a 24 anos continuam com uma participação substancialmente menor que a dos jovens, 65% e 85%, respectivamente. Na faixa entre 25 e 29 anos as taxas de participação no mercado de trabalho são de 73% e 94%, respectivamente.



De acordo com a PNAD 2008, uma vez no mercado de trabalho, o jovem a partir de 18 anos tem encontrado cada vez mais empregos. A taxa de desemprego caiu substancialmente para ambos os sexos, situando-se em 19% e 11% para as jovens e

para os jovens entre 18 e 24 anos, e, em 12% e 5%, para as jovens e para os jovens entre 25 e 29 anos, respectivamente. Assim, o crescimento da ocupação superou o crescimento da população economicamente ativa para ambos os sexos, o que causou uma queda substantiva do desemprego, considerando-se o período a partir de 2006.

Ainda que o emprego tenha sido favorável, é preciso chamar atenção para a continuada distinção entre jovens e adultos no mercado de trabalho. Nesse sentido, um jovem de 18 a 29 anos sofre 2,8 vezes mais com o desemprego do que um adulto de 30 a 60 anos. Esta taxa não apresentou queda.



Como mostram os gráficos acima, é interessante notar que, ao longo dos últimos 10 anos e apesar de uma maior participação das mulheres jovens no mercado de trabalho, a diferença entre a taxa de desemprego masculina e feminina continua

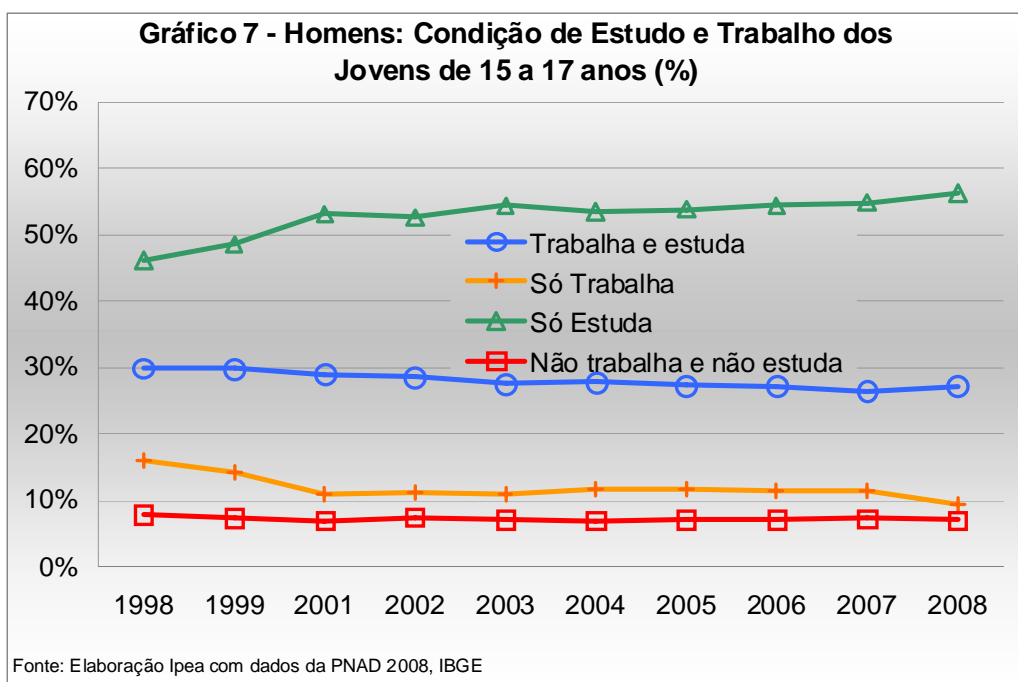
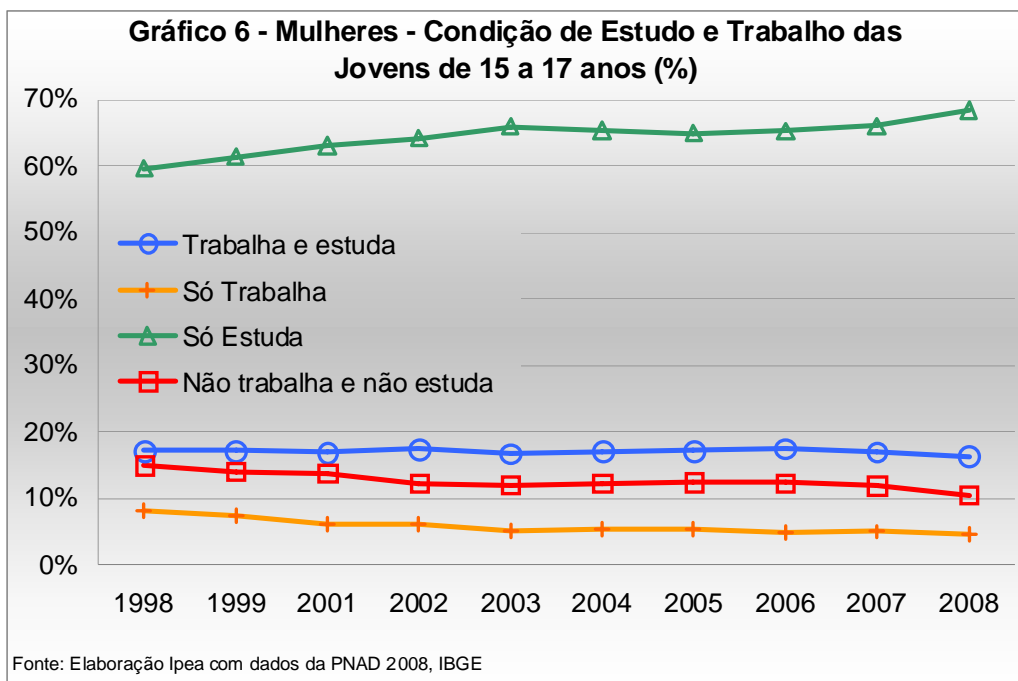
estável e em torno de 7 a 8 pontos percentuais. Isto parece indicar uma resistência à queda das desigualdades de gênero, mesmo entre os jovens, e mesmo em um ambiente de crescimento econômico, ou seja, de menor luta distributiva. A fim de diminuir substantivamente a diferença entre homens e mulheres no que tange à ocupação, os dados indicam que seria preciso um esforço adicional no âmbito do mercado de trabalho que vá além da “ativação” da mulher. Trata-se, de fato, da necessidade de políticas efetivas de discriminação afirmativa nesse campo.

Transição Escola-Trabalho

A análise da transição escola-trabalho entre os jovens é muito rica para problematizar o papel social do jovem e seus vínculos institucionais. O período de moratória concedido ao jovem pede, em troca, a sua inserção no sistema de ensino e, após a fase escolar, sua quase imediata inserção no mercado de trabalho. Uma passagem interrompida, na qual o jovem nem estuda nem trabalha, causa imenso desconforto para os formuladores de políticas e para os próprios jovens e seus familiares. O entendimento dessa fase como um momento da vida portador de singularidade, vínculos sociais e integração, para além da escola e do mercado de trabalho, é essencial para que o poder público possa, de fato, acolher a temática dos jovens, não enquanto fase da vida de passagem, mas fase da vida *per se*.

Dentro dessa temática, a PNAD 2008 trouxe resultados muito positivos para os jovens adolescentes de 15 a 17 anos. A proporção dos jovens que só estudam (68%) cresceu em detrimento da participação das adolescentes que não estudam e nem trabalham (10,5%).

No que tange aos jovens adolescentes do sexo masculino, a parcela que só estuda (56%) apresentou uma elevação em detrimento da parcela dos jovens que só trabalham (9%). É interessante notar uma grande participação dos jovens adolescentes do sexo masculino que trabalham e estudam (27%), participação essa que cresceu ligeiramente de 2007 para 2008 em virtude do crescimento do mercado de trabalho para os jovens. Essa é uma condição de gênero que afeta os jovens de 15 a 17 anos, não necessariamente de forma negativa, mas que, em situações determinadas, pode significar uma redução do tempo de aprendizado, diversão e experimentação do jovem em prol do acesso à renda própria.



Os dados da PNAD 2008 permitem um ainda maior otimismo em relação ao resultado das políticas públicas voltadas para a faixa etária de 15 a 17 anos, ao desagregarmos os resultados descritos acima por faixa de renda familiar *per capita*.

A tabela abaixo revela que, em 2008, 66% das jovens de renda familiar *per capita* abaixo de até meio salário mínimo só estudava, contra 63% em 2007. Isto substitui a condição de não estudar e nem trabalhar, que caiu de 17% para 15% de 2007 a 2008.

Tabela 3 - Jovens de 15 a 17 Anos Segundo a Renda Familiar *per capita* e a Condição de Estudo-Trabalho

Mulheres						
Renda Familiar <i>per capita</i> (SM)	Ano	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Nem Trabalha Nem Estuda	Total
Menor que 1/2	1998	54%	17%	10%	18%	100%
	2007	63%	15%	6%	17%	100%
	2008	66%	14%	5%	15%	100%
1/2 ou menor que 1	1998	67%	20%	6%	7%	100%
	2007	65%	19%	5%	11%	100%
	2008	68%	16%	5%	11%	100%
1 ou menor que 2	1998	79%	14%	3%	4%	100%
	2007	67%	22%	5%	6%	100%
	2008	68%	21%	5%	5%	100%
2 ou mais	1998	88%	8%	1%	4%	100%
	2007	80%	14%	2%	3%	100%
	2008	81%	14%	3%	2%	100%
Homens						
Renda Familiar <i>per capita</i> (SM)	Ano	Só Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Nem Trabalha Nem Estuda	Total
Menor que 1/2	1998	40%	31%	19%	10%	100%
	2007	51%	26%	13%	10%	100%
	2008	52%	27%	11%	10%	100%
1/2 ou menor que 1	1998	56%	29%	11%	5%	100%
	2007	53%	28%	13%	7%	100%
	2008	55%	28%	11%	7%	100%
1 ou menor que 2	1998	67%	26%	5%	2%	100%
	2007	56%	30%	10%	3%	100%
	2008	55%	32%	9%	4%	100%
2 ou mais	1998	82%	14%	2%	2%	100%
	2007	76%	18%	3%	3%	100%
	2008	75%	19%	4%	3%	100%

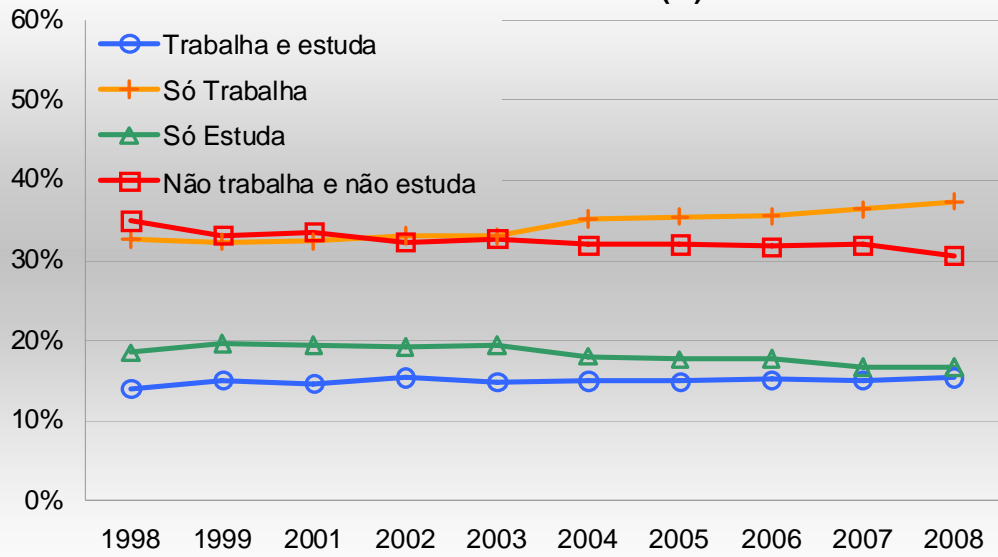
Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE

No caso dos *jovens adolescentes* (15 a 17 anos) do sexo masculino, os resultados foram positivos tanto para aqueles cujas famílias têm renda *per capita* de até meio salário mínimo, quanto para aqueles com renda *per capita* de até um salário mínimo. Como já apontado, no caso dos homens, a inclusão escolar ocorre ao mesmo tempo em que diminui a proporção dos jovens que só trabalham.

Mesmo diante de dados positivos é preciso atentar para o quadro histórico de grave desigualdade de gênero e de renda que afeta os jovens adolescentes de 15 a 17 anos. A condição de não trabalhar nem estudar é muito mais frequente entre os mais pobres e, dentre estes, entre as jovens adolescentes do sexo feminino. Persiste esse imenso desafio.

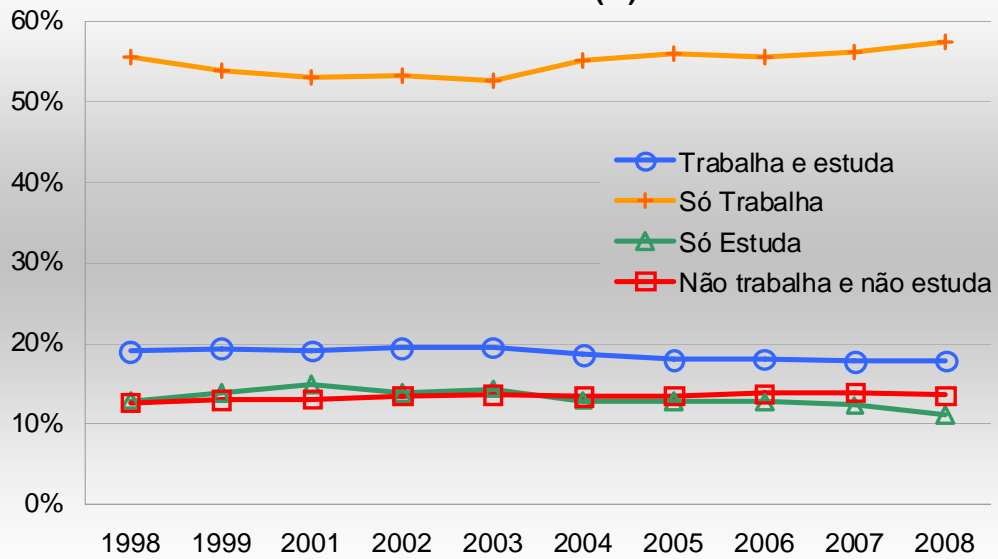
Ao focarmos nas faixas etárias de 18 a 24 e 25 a 29 anos, o quadro fica bastante modificado. Os jovens saem da idade tipicamente escolar para de fato enfrentarem o desafio do mercado de trabalho. Após os 18 anos, mesmo aqueles com atraso escolar, encontram-se pressionados a entrar no mercado de trabalho, seja pelas crescentes responsabilidades familiares, seja por seu próprio desejo de realização social por meio do trabalho e do consumo. Assim, a condição de só trabalhar ganha proeminência e, com o ciclo recente de crescimento iniciado em 2004, esta condição cresce substantivamente.

Gráfico 8 - Mulheres - Condição de Estudo e Trabalho das Jovens de 18 a 24 anos (%)

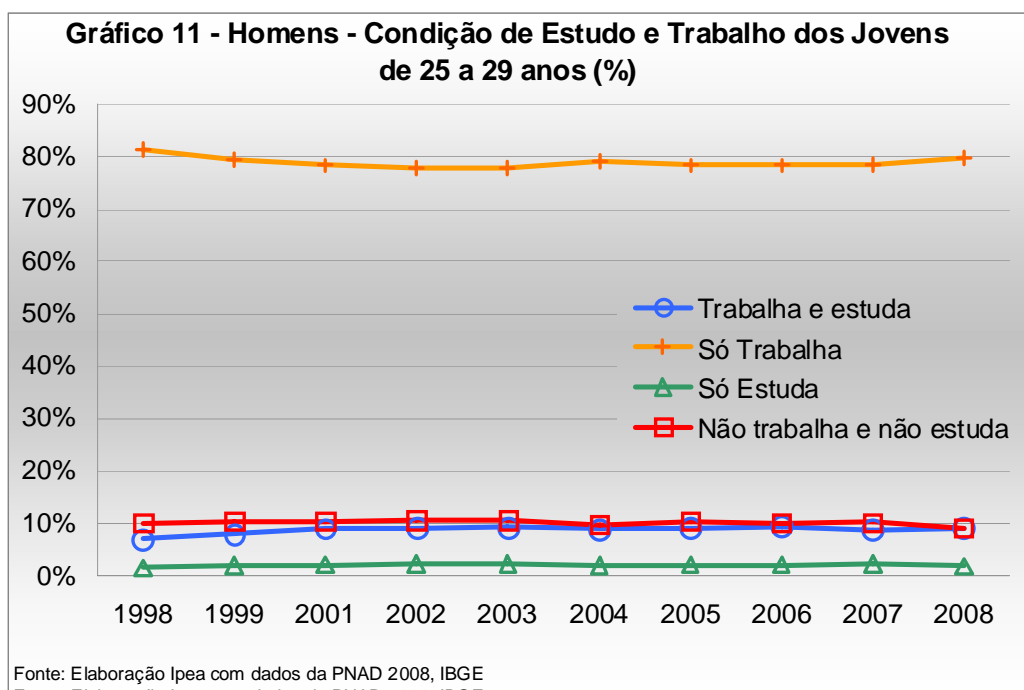
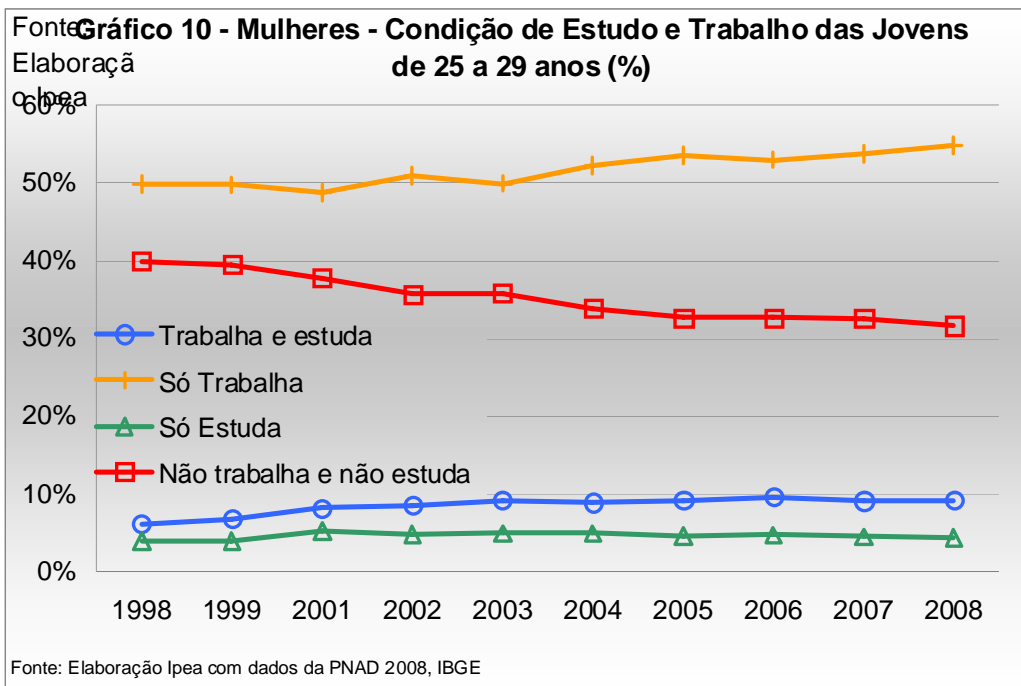


Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE

Gráfico 9 - Homens - Condição de Estudo e Trabalho dos Jovens de 18 a 24 anos (%)



Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE



De imediato, fica patente a brutal diferença de gênero nessas fases da vida. O advento das mulheres jovens que não estudam nem trabalham é bastante expressivo, contrastando com a inequívoca inserção dos homens no mercado de trabalho. Não obstante essa diferença histórica, a evolução recente do caso feminino é muito positiva.

As curvas em formato de “boca de jacaré” entre as condições de ‘só trabalhar’ e ‘não trabalhar nem estudar’ mostram que uma parcela importante das jovens, em especial das *jovens adultas* de 25 a 29 anos que não trabalhavam nem estudavam, passa a trabalhar. Resultado: em 2008 a participação das jovens que não trabalhavam

nem estudavam era de 31% e 32% nas faixas de 18 a 24 e 25 a 29, respectivamente. As jovens que só trabalhavam em 2008 perfaziam 37% e 55% do total nessas mesmas faixas.

Adicionalmente, percebe-se uma nova tendência, contrária à divisão tradicional do trabalho: há uma proporção cada vez maior de mulheres que não abandonam o mundo do trabalho ou a ele retornam, mesmo depois do casamento e/ou da maternidade. Os dados da PNAD 2008 permitem identificar uma situação bastante curiosa entre as mulheres jovens conforme a condição civil e a posição no domicílio: nos últimos anos, vem aumentando o número de mulheres que têm cônjuge e se declaram chefe de família. Essa proporção varia conforme o grupo etário a que pertence a jovem, sendo, em 2008, de 3,0% no grupo de 18 a 24 anos e de 7,0% no grupo mais velho, indicando que um número significativo de mulheres jovens nessa última faixa assumiu as responsabilidades ligadas à provisão do seu domicílio.

Ressalta-se, no entanto, que o percentual de jovens mulheres que não estudam e não trabalham aumenta na proporção inversa da renda familiar: quanto mais pobre, maior a possibilidade de encontramos uma jovem nessa condição, como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 4 - Jovens Segundo a Renda Familiar *per capita* (SM) e a Condição de Estudo-Trabalho (2008)

Mulheres						
Faixa Etária	Renda Familiar <i>per capita</i> (SM)	Nem Trabalha Nem Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Só Estuda	Total
18 a 24	Menor que 1/2	50.5%	8.1%	25.2%	16.1%	100%
	1/2 ou menor que 1	34.3%	11.3%	39.3%	15.1%	100%
	1 ou menor que 2	16.7%	19.8%	50.4%	13.1%	100%
	2 ou mais	11.1%	28.5%	34.4%	26.0%	100%
	Média	30.9%	15.2%	37.4%	16.5%	100%
25 a 29	Menor que 1/2	53.6%	3.8%	37.4%	5.2%	100%
	1/2 ou menor que 1	35.1%	7.1%	54.1%	3.8%	100%
	1 ou menor que 2	19.2%	11.1%	66.6%	3.0%	100%
	2 ou mais	10.7%	17.4%	66.6%	5.3%	100%
	Média	31.9%	9.1%	54.7%	4.3%	100%
Homens						
Faixa Etária	Renda Familiar <i>per capita</i> (SM)	Nem Trabalha Nem Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Só Estuda	Total
18 a 24	Menor que 1/2	22.7%	12.8%	53.3%	11.1%	100%
	1/2 ou menor que 1	15.3%	14.8%	61.4%	8.5%	100%
	1 ou menor que 2	8.2%	18.2%	65.6%	8.0%	100%
	2 ou mais	6.0%	28.7%	44.6%	20.7%	100%
	Média	13.6%	17.6%	57.8%	11.0%	100%
25 a 29	Menor que 1/2	17.1%	4.0%	77.0%	1.9%	100%
	1/2 ou menor que 1	9.7%	5.9%	82.9%	1.5%	100%
	1 ou menor que 2	6.2%	9.8%	82.6%	1.4%	100%
	2 ou mais	3.8%	17.4%	76.1%	2.8%	100%
	Média	9.2%	9.0%	80.0%	1.8%	100%

Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE

Não restam dúvidas de que o elevado percentual entre as *jovens-jovens* (18 a 24 anos) e as *jovens adultas* (25 a 29 anos) é um indicador muito expressivo do grau de exclusão social de uma imensa parcela de mulheres jovens. As mulheres pobres tendem a assumir o trabalho doméstico em detrimento do estudo e de atividades

laborais externa ao lar. Observa-se que tal tendência independe da condição de maternidade, ou seja, vale tanto para as jovens pobres com filhos quanto para as jovens pobres sem filhos, como indica a tabela a seguir.

Tabela 5 - Mulheres Jovens : Condição de Renda e Maternidade Segundo a Condição de Estudo-Trabalho (2008)

Faixa Etária	Renda Familiar <i>per capita</i> (SM)	Filhos	Não Trabalha Nem Estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Só Estuda	Total
18 a 24	Menor que 1/2	Tem	61%	4%	28%	7%	100%
		Não Tem	36%	14%	22%	28%	100%
	1/2 ou menor que 1	Tem	42%	5%	47%	6%	100%
		Não Tem	30%	15%	35%	21%	100%
	1 ou menor que 2	Tem	29%	9%	56%	6%	100%
		Não Tem	14%	23%	49%	15%	100%
	2 ou mais	Tem	30%	11%	50%	9%	100%
		Não Tem	9%	30%	33%	28%	100%
25 a 29	Menor que 1/2	Tem	54%	3%	38%	5%	100%
		Não Tem	48%	6%	37%	9%	100%
	1/2 ou menor que 1	Tem	34%	6%	57%	3%	100%
		Não Tem	37%	9%	47%	7%	100%
	1 ou menor que 2	Tem	23%	8%	66%	3%	100%
		Não Tem	16%	14%	67%	3%	100%
	2 ou mais	Tem	19%	13%	64%	5%	100%
		Não Tem	8%	19%	68%	6%	100%

Fonte: Elaboração Ipea com dados da PNAD 2008, IBGE

Embora o número de jovens mulheres que não estudam e não trabalham seja mais que o dobro de homens jovens na mesma situação, chama a atenção o alto percentual de jovens pobres do sexo masculino que não estudam e não trabalham. Os mais pobres também estão mais presentes no grupo que somente trabalha e menos presentes entre os jovens que conciliam estudo e trabalho. Lembra-se ainda o fato de que as jovens e os jovens negros estão sobre-representados no seguimento de jovens que não trabalham e nem estudam, além de sua inserção no mercado de trabalho estar caracterizada por condições de maior precariedade que a das jovens e jovens brancos.

A redução da condição de só estudar para os jovens de 18 a 24 anos de ambos os sexos é bastante curioso. Este fenômeno engendra hipóteses de pesquisa profícuas para o entendimento das angústias e necessidades dos jovens nessa faixa etária, em especial em relação aos possíveis *trade-offs* e complementariedades entre educação e renda. Levantaremos algumas dessas hipóteses com a ressalva de que ainda necessitam de comprovação.

Primeiro, parece-nos razoável supor que a redução da parcela que só estuda esteja relacionada à redução da distorção idade-série no ensino médio, o que naturalmente diminuiria a parcela de jovens que só estudam entre 18 e 24 anos. Segundo, o crescimento econômico continuado propiciou oportunidades de emprego. Nessa faixa etária, diante de maiores responsabilidades familiares e da disponibilidade de empregos em sua maioria de tempo integral, o jovem experimenta um antagonismo entre os objetivos de qualificar-se e trabalhar. Em outras palavras, trabalhar e estudar torna-se uma condição excessivamente onerosa. Além disso,

conspiram a favor de apenas trabalhar: (i) a experiência pessoal prévia que aponta para uma incerteza radical quanto aos ganhos futuros do investimento na educação e na qualificação; e (ii) o senso de imediatismo característico dessa fase. Assim, essa hipótese sustenta que a redução na parcela de jovens que apenas estudam, entre 18 e 24 anos, esteve intimamente relacionada ao aumento da parcela que só trabalha.

2. O efeito da desigualdade regional na desigualdade racial

O objetivo da presente nota é avaliar a contribuição da desigualdade regional para a desigualdade racial no Brasil. Ao longo do território nacional, além de haver diferenças no que toca ao desenvolvimento e às condições de vida da população, há muita variação da composição racial. As regiões do Brasil meridional, mais ricas, apresentam maior porcentagem de pessoas brancas do que as do Brasil setentrional: do Oiapoque ao Chuí, a população embranquece e a renda aumenta. Assim, pode-se demonstrar que, mesmo se não houvesse desigualdade racial dentro das regiões, ainda haveria desigualdade racial no Brasil. Porém, essa desigualdade racial residual não seria atribuível ao racismo e seus efeitos, mas à desigualdade econômica entre as regiões do país conjugada à composição racial variada. Usando uma metodologia simples, estima-se que *a desigualdade regional é responsável por cerca de um terço da diferença de renda domiciliar per capita entre brancos e negros.*

Evolução da desigualdade regional, da racial, e de suas contribuições para a desigualdade total

Para esta análise, a amostra⁴ foi dividida segundo a localização dos domicílios em 63 regiões, definidas pela unidade da federação e pelo tipo de área. Nove unidades da federação foram subdivididas em área metropolitana, urbana não metropolitana, e rural; as 18 restantes em urbana e rural. Também foram definidos dois grupos raciais, o branco, composto pelas pessoas de cor branca, e o negro, composto por pessoas de cor preta ou parda⁵. Conjugando a divisão da população em regiões e grupos raciais, obtém-se 126 grupos.

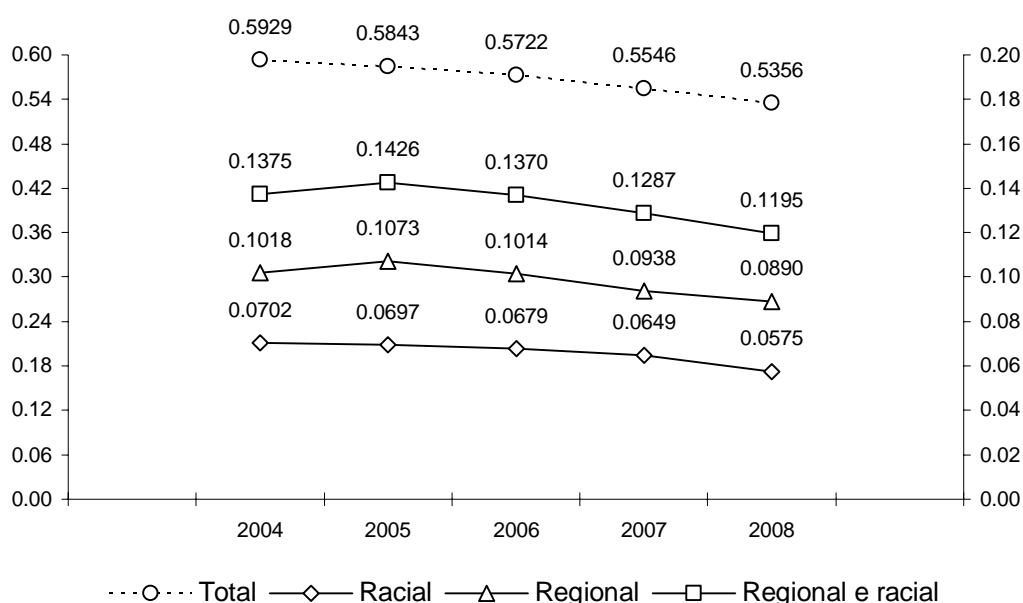
Usando um indicador de desigualdade decomponível por grupos é possível estimar as contribuições individuais e em conjunto da desigualdade regional e da desigualdade racial para a desigualdade de renda domiciliar *per capita* brasileira. No Gráfico 1 são apresentados o indicador L de Theil para o período 2004-2008, e as contribuições das desigualdades entre grupos raciais, entre regiões e ambas conjugadas para a desigualdade total.

⁴ Não foram consideradas pessoas residentes em domicílios com renda ignorada, tampouco pessoas que fossem pensionistas, empregados domésticos residentes ou seus parentes (os quais não entram no cômputo da renda domiciliar segundo o conceito do IBGE).

⁵ Pessoas de cor amarela, indígenas, ou sem declaração de cor não foram consideradas na análise. No período 2004-2008, pessoas de cor branca, preta ou parda perfazem no mínimo 99,1% da população brasileira.

Como o Gini e outros indicadores de desigualdade de renda que possuem as propriedades da Curva de Lorenz, o L de Theil⁶ também indica queda da desigualdade no período 2004-2008. A desigualdade entre os grupos raciais também caiu, assim como aquela dentro deles (a desigualdade na distribuição da renda dos brancos entre os brancos e na da renda dos negros entre os negros). O mesmo ocorreu com a desigualdade dentro das regiões definidas e entre elas. Apesar de em algumas regiões haver pequenos aumentos da desigualdade em um ou outro ano, que podem ser creditados na conta das flutuações amostrais, de forma geral, a desigualdade interna das regiões caiu de 2004 a 2008.

Gráfico 1
Desigualdade total e entre grupos (L de Theil)
Brasil, 2004 a 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados

Note-se que a contribuição conjunta da desigualdade regional e da desigualdade racial para a desigualdade total não é a soma das duas contribuições obtidas separadamente. Isso ocorre justamente porque não são fenômenos independentes.

A queda da desigualdade nacional medida pelo L de Theil foi de 9,7% de 2004 a 2008. Por volta de 22,3% dessa queda pode ser atribuída à redução da desigualdade entre grupos raciais, que foi de 18,2%. A desigualdade entre regiões caiu menos, 12,6%, sendo responsável por 22,4% da queda da desigualdade. Isso nas decomposições independentes. Para a decomposição conjunta, a queda de 13% da desigualdade entre os 126 grupos formados pela união das regiões aos grupos raciais

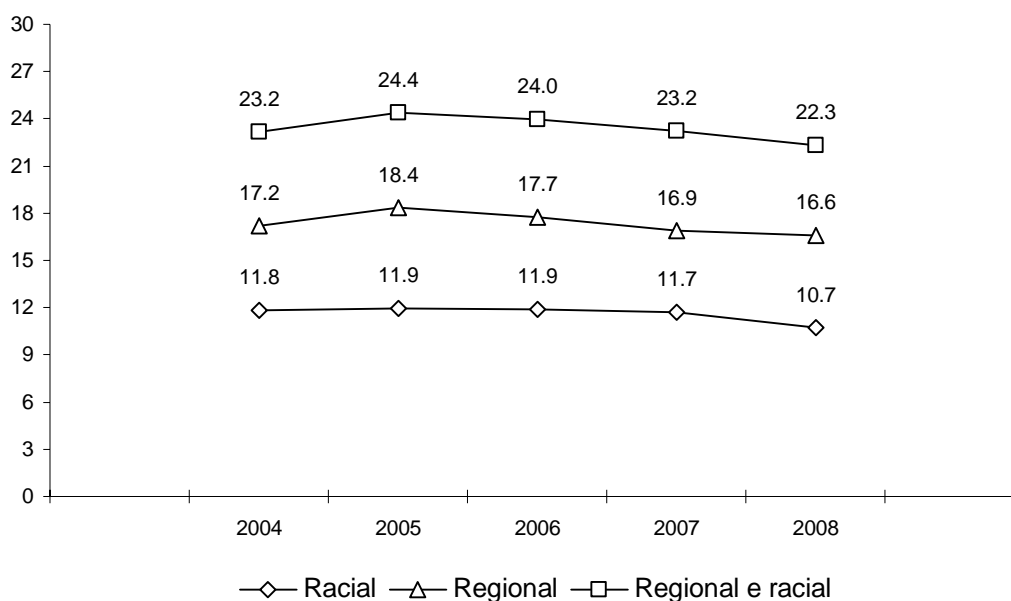
⁶ A análise de desigualdade baseada no indicador L de Theil exclui as pessoas com renda zero. A escolha do L de Theil se deve ao fato de ser o único da classe de indicadores de desigualdade aditivamente decomponíveis possuidor de interpretação contrafactual, isto é, o valor do componente entre grupos da desigualdade é efetivamente o quanto a desigualdade cairia se, mantidas as Curvas de Lorenz de cada grupo, as médias dos grupos se igualassem. A este respeito, ver Shorrocks, A. F. (1980) *The class of additively decomposable inequality measures*. *Econometrica*, v. 48, n. 3, pp. 613-625.

foi responsável por quase um terço, 31,5%, da queda da desigualdade brasileira no período.

Contudo, o Gráfico 2 revela que, de 2004 a 2007, a queda da desigualdade entre grupos raciais se dá no mesmo ritmo da queda da desigualdade total, o que faz com que sua contribuição percentual para essa se mantenha constante. Apenas de 2007 para 2008 há uma queda de um ponto percentual na contribuição da desigualdade entre grupos raciais para a desigualdade total: de 11,7% para 10,7%.

A contribuição percentual da desigualdade entre as regiões para a desigualdade total cai de 17,2% em 2004 a 16,6% em 2008. Comportando-se de forma semelhante, a contribuição relativa da desigualdade entre regiões e entre grupos raciais para a desigualdade total flutua no período 2004-2008, indo de 23,2% a 22,3%. Juntas, a desigualdade entre regiões e a desigualdade racial respondem por algo entre um quarto e um quinto da desigualdade de renda domiciliar *per capita*.

Gráfico 2
Contribuição das desigualdades entre grupos para a desigualdade (%)
Brasil, 2004 a 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados

Os dados apresentados permitem fazer uma análise hierárquica⁷ estipulando: i) a contribuição da desigualdade racial dentro das regiões para a desigualdade total; ii) ou a contribuição da desigualdade regional dentro de cada grupo racial para a desigualdade total. A partir do Gráfico 2, por exemplo, a contribuição da desigualdade racial dentro das regiões para a desigualdade total em 2008 é dada por $22,3 - 16,6 = 5,7\%$; e a contribuição da desigualdade regional dentro de cada grupo racial para a desigualdade total é $22,3 - 10,7 = 11,6\%$. O resultado depende da classificação que se coloca no nível mais alto da hierarquia, a regional ou a racial, e cada escolha leva a

⁷ Sobre a decomposição de indicadores de desigualdade em múltiplos níveis e o problema da escolha de uma hierarquia, ver Cowell, F. A. (1985) *Multilevel decomposition of Theil's index of inequality*. **Review of Income and Wealth**, v. 31, n. 2, pp. 201-205.

uma interpretação diferente (e não comparável) do fenômeno. De qualquer forma, a contribuição conjunta da desigualdade regional e da racial para a desigualdade total independe da escolha.

Teoricamente, é mais apropriado considerar que os grupos raciais estão dentro das regiões e não o contrário. Não é razoável postular ser desigualdade racial o fato de o negro nas regiões rurais do Ceará ter, em média, renda menor do que na região metropolitana de São Paulo. A análise da desigualdade entre grupos raciais visando ao estudo dos efeitos da discriminação por fatores raciais deve ser na medida do possível feita entre pessoas em condições o mais semelhantes possível, para se poder averiguar se recebem tratamentos desiguais produzindo resultados idem. Assim, negros e brancos devem ser comparados dentro de uma região, onde a heterogeneidade das condições é presumivelmente menor do que entre grupos raciais em regiões diferentes.

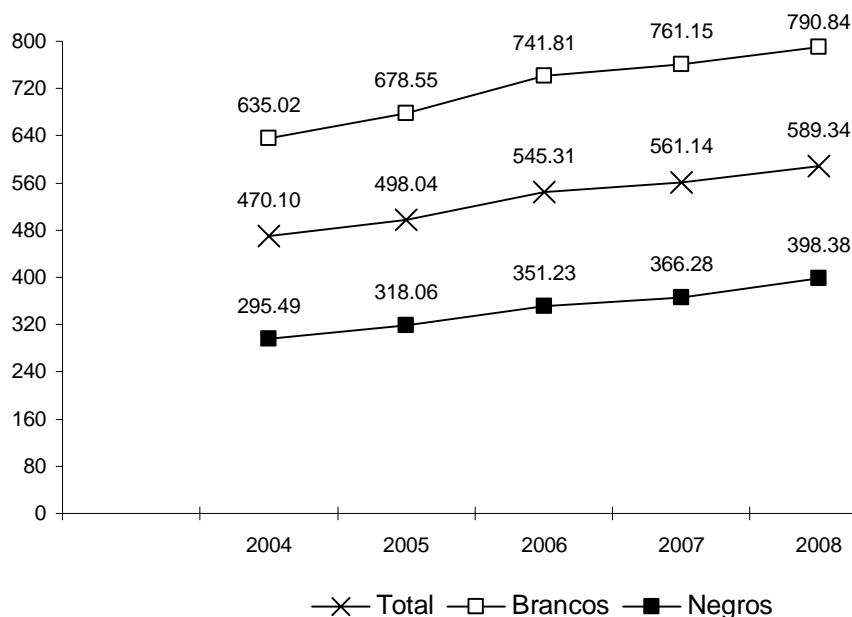
A contribuição da desigualdade regional para a racial

Na análise da seção anterior, a desigualdade entre grupos raciais foi abordada em termos da sua contribuição para a desigualdade de renda brasileira. Essa contribuição foi medida nas decomposições pela distância da renda média dos negros à dos brancos – no Brasil ou dentro das regiões.

As rendas médias⁸ dos grupos raciais e a total (nacional) podem ser conferidas no Gráfico 3. A diferença entre as médias aumentou R\$ 52,92 de 2004 a 2008, como efeito da elevação global do nível da renda. Mas a distância relativa entre negros e brancos no Brasil diminuiu – como seria de esperar a partir dos dados da seção anterior. De fato, a renda média dos brancos cresceu menos no período, o que a fez cair de 2,15 vezes a média dos negros para 1,99 vez. Não obstante, a distância entre negros e brancos ainda é muito grande.

⁸ Valores deflacionados para R\$ de setembro de 2008 pelo INPC ajustado segundo Courseil, C. H. e Foguel M. N. (2002) **Uma Sugestão de Deflatores para Rendias Obtidas a Partir de Algumas Pesquisas Domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: Ipea. (Textos para Discussão, 897).

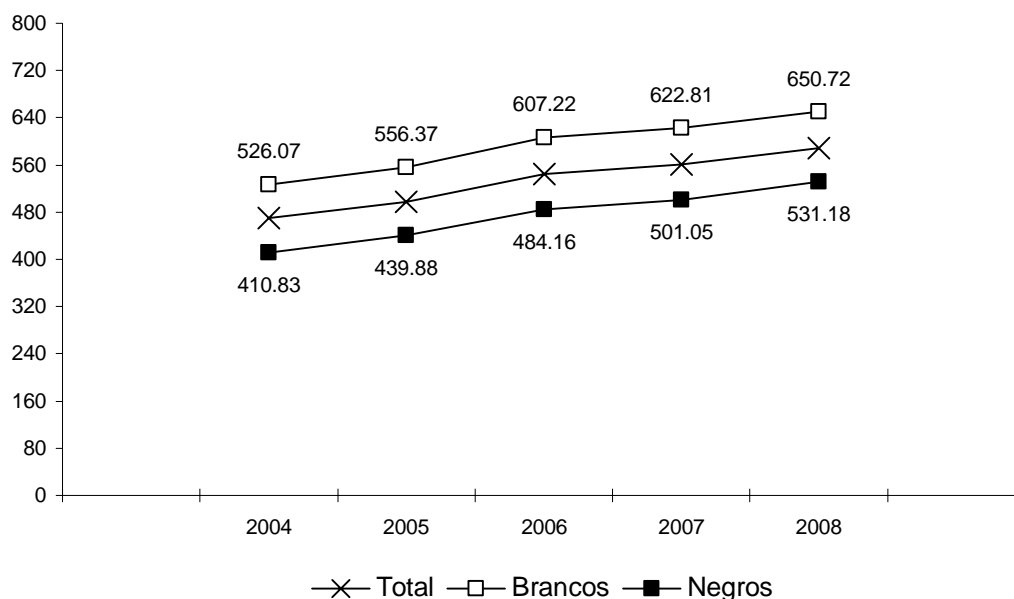
Gráfico 3
Rendas médias dos grupos raciais e total (R\$)
Brasil, 2004 a 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados

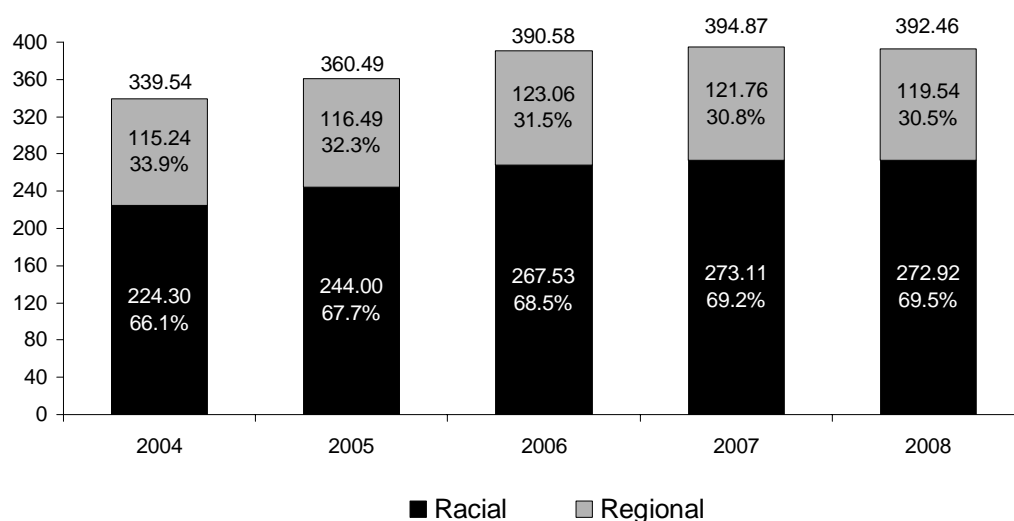
Para estimar a contribuição da desigualdade econômica entre regiões para a diferença entre a renda média dos brancos e a dos negros no Brasil foi feita uma simulação contrafactual simples. Primeiro, calculou-se a fração da renda regional que caberia a cada grupo racial se suas rendas médias fossem iguais, multiplicando a renda regional pela fração da população regional de cada grupo. Depois, calculou-se a fração que cada pessoa detinha da renda regional observada de seu grupo racial. Finalmente, a fração pessoal foi multiplicada pela fração da renda regional que seria recebida por seu grupo racial sob a hipótese de igualdade, obtendo uma distribuição contrafactual na qual a renda de todos os brancos foi reduzida e a dos negros aumentada. Mas mantêm-se inalterados o nível de renda regional e a desigualdade relativa interna aos grupos em cada região (a curva de Lorenz de cada grupo).

Gráfico 4
Rendas médias contrafatuais dos grupos raciais e total (R\$)
Brasil, 2004 a 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados

Gráfico 5
Efeito da desigualdade regional sobre a diferença entre as médias dos grupos raciais (R\$)
Brasil, 2004 a 2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em microdados

O Gráfico 4 tem a mesma estrutura do Gráfico 3, mas seus dados se referem à distribuição contrafactual de renda. Sua análise revela que, mesmo se negros e brancos

tivessem suas rendas igualadas dentro das regiões definidas, ainda assim haveria desigualdade de renda entre negros e brancos. Em 2008, a diferença de R\$ 119,54 entre a renda média contrafactual dos brancos e a dos negros era pouco menos do que um terço da observada. Assim, R\$ 272,92 da diferença de R\$ 392,46 da renda entre negros e brancos no Brasil em 2008 podiam ser atribuídas à desigualdade racial dentro de cada região, e o restante podia ser creditado aos efeitos conjuntos da desigualdade econômica e de composição racial entre as regiões.

Ou seja, o fato de as regiões que possuem maior porcentagem de negros em suas populações serem em regra mais pobres faz com que parte da diferença racial de renda no Brasil independa da desigualdade racial de renda dentro das regiões. O Gráfico 5 apresenta o efeito dessa desigualdade regional como porcentagem da diferença entre as médias dos grupos raciais no Brasil. É interessante notar que há uma queda progressiva de 3,4 pontos dessa contribuição ao longo do período.

Conclusões

Os principais fatos revelados pela análise da evolução de 2004 a 2008 da desigualdade entre as 63 regiões e entre os dois grupos raciais definidos, e de suas relações com a desigualdade total e entre si são os seguintes:

- a. De 2004 a 2008, a desigualdade na renda domiciliar *per capita* brasileira medida pelo L de Theil caiu 9,7% e quase um terço dessa queda, 31,5%, pode ser atribuída à queda de 13% da desigualdade entre os 126 grupos formados pela união das regiões aos grupos raciais.
- b. No mesmo período, a desigualdade entre regiões e a desigualdade racial respondem juntas por algo entre um quarto e um quinto da desigualdade de renda domiciliar *per capita*.
- c. Em 2008, essas duas desigualdades respondiam por 22,3% da desigualdade de renda domiciliar *per capita*: 5,7% eram devidos à desigualdade racial dentro das regiões e 16,6% à desigualdade regional.
- d. De 2004 a 2008, a diferença entre as rendas médias dos negros e dos brancos no Brasil aumentou R\$ 52,92, porém a renda média dos brancos passou de 2,15 vezes a dos negros para 1,99 vezes.
- e. A desigualdade entre os níveis de desenvolvimento econômico das regiões conjugada às variações de composição racial – o efeito regional – é responsável por aproximadamente um terço da diferença entre as rendas médias nacionais de negros e brancos.

Em outras palavras, esse último resultado (e), o principal desta nota, quer dizer o seguinte: se as rendas médias de negros e de brancos fossem igualadas dentro de cada uma das 63 regiões definidas – sem alterar a desigualdade interna dos grupos raciais nem as médias regionais – a diferença entre as rendas médias nacionais dos grupos raciais cairia para pouco menos de um terço da diferença observada e a renda média dos brancos seria ainda 1,23 vez maior do que a dos negros em 2008.

O efeito regional estimado seria menor se fossem usadas as cinco macrorregiões (N, NE, SE, S e CO), e maior se fosse possível delimitar mais do que 63 regiões definidas. Porém, a resposta da estimativa ao número de regiões não é linear, pois depende da diferença entre as médias de renda das regiões, de suas estruturas internas de desigualdade, e da composição racial. A cada subdivisão de uma grande região, as regiões resultantes são mais homogêneas nessas características. Portanto, com mais regiões o efeito regional cresceria, mas o acréscimo à estimativa do efeito regional, potencialmente acarretado por tal aumento da quantidade de regiões, diminuiria em razão inversa ao número de regiões já consideradas.

É importante ressaltar que não se pode atribuir os dois terços restantes da desigualdade racial brasileira ao racismo e à discriminação. Embora o racismo e as discriminações que produz sejam decerto responsáveis por parte da desigualdade racial, existem fatores não raciais que se correlacionam com a raça sem que haja relações de causalidade. Isso é exemplificado pela própria desigualdade regional: não se pode considerar que morar no Nordeste é uma discriminação racial, ou que a proporção de população negra no Nordeste é maior por causa de racismo, mas existe correlação entre a composição racial da população e a região.

Racismo e discriminação fazem parte de um conjunto complexo de fatores que determinam a reprodução da desigualdade racial ao longo do tempo, dentre os quais figuram as desigualdades regionais e a elevada desigualdade de oportunidades que caracteriza o regime brasileiro de mobilidade social. Portanto, políticas específicas para a população negra são necessárias, porém não suficientes para resolver o problema da desigualdade racial no Brasil.